



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 073

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 17 DE SETEMBRO DE 2003

ANO XXIX

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

NATÁLIO STICA

1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS

3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA

1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO

2º Secretário - PSL

CLEITON KIELSE

3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA

4º Secretário - PSB

EDSON PRACZYK

5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo	Ângelo Vanhoni
Líder da Oposição	Durval Amaral
PTB	Carlos Simões
PFL	Plauto Miró Guimarães
PSDB	Ademar Traiano
PMDB	Antonio Anibelli
PPB	Duílio Genari
PT	Luciana Rafagnin
PDT	Neivo Beraldin
PSL	Luiz Carlos Martins
PL	Chico Noroeste
PPS	Waldir Leite
PSB	Doutor Luciano

Representação Partidária

PMDB - 11: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - José Maria Ferreira - Nereu Moura - Rafael Greca - Vanderlei Iensen; PT - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes da Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; PSDB - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi (em licença) - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Nelson Tureck - Nelson Garcia (em licença) - Valdir Rossoni; PFL - 06: Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; PDT - 04: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 04: Cida Borghetti - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Miltinho Pupio; PTB - 03: Ailton Araújo - Carlos Simões - Jocelito Canto; PPS - 03: Arlete Caramês - Marcos Isfer - Waldir Leite; PSB - 03: Doutor Luciano - Ratinho Júnior - Reni Pereira; PL - 03: Chico Noroeste - Mauro Moraes - Pastor Edson Praczyk; PSL - 02: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins.

Atos da Presidência:**RESOLUÇÃO Nº 009/2003**

DATA:

01 de agosto de 2003

SÚMULA:

Institui o Regimento Interno da Escola do Legislativo da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do artigo 73 da Constituição Estadual, combinado com o artigo 123 do Regimento Interno, a seguinte resolução:

Art. 1º - Fica constituída a Escola do Legislativo da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, órgão vinculado diretamente à Mesa Executiva.

Art. 2º - A Escola do Legislativo reger-se-á segundo o Regimento Interno constante em anexo.

Art. 3º - As despesas para implementação da Escola do Legislativo correrão à conta do orçamento próprio do Poder Legislativo.

Art. 4º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 01.09.2003
(a) HERMAS BRANDÃO
Presidente

REGIMENTO INTERNO DA ESCOLA DO LEGISLATIVO**TÍTULO I**
DA ORGANIZAÇÃO DA
ESCOLA DO LEGISLATIVO**Capítulo I****Dos Objetivos**

Art. 1º - A Escola do Legislativo tem por objetivos:

I - propiciar formação permanente, em níveis diferenciados, voltada ao desenvolvimento profissional e cultural;

II - qualificar os servidores da Assembléia Legislativa nas atividades de suporte legislativo e técnico-administrativo, ampliando sua formação em assuntos legislativos, administrativos e econômicos;

III - oferecer aos servidores do Poder Legislativo, conhecimento básico para o exercício de qualquer função dentro da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná;

IV - promover seminários e ciclos de palestras sobre temas atuais da realidade sócio-econômica brasileira;

V - fomentar as pesquisas técnico-acadêmicas voltadas ao Poder Legislativo, em cooperação científica com outras instituições de ensino;

VI - desenvolver programas de ensino voltados à formação de lideranças comunitárias;

VII - desenvolver um programa de qualificação e aperfeiçoamento para os vereadores dos municípios paranaenses;

VIII - oferecer aos servidores possibilidades de complementarem ou continuarem seus estudos em todos os níveis de escolaridade;

IX - integrar o Programa Interlegis do Senado Federal, por intermédio da participação em vídeo-conferências e treinamento à distância.

Art. 2º - A Escola do Legislativo será integrada pelos seguintes órgãos:

I - Presidência da Escola;

II - Direção;

III - Coordenadoria Administrativa;

IV - Coordenadoria Pedagógica;

V - Coordenadoria de Ensino à Distância;

VI - Secretaria;

VII - Conselho Escolar.

Capítulo II**Das Atribuições e da Composição dos Órgãos**

Art. 3º - O presidente da Escola deverá ser um deputado estadual eleito entre seus pares junto com a eleição da Mesa Executiva.

Parágrafo Único - Compete ao presidente da Escola:

I - representar a Escola junto à Mesa Executiva e a entidades externas;

II - convocar e presidir as reuniões do Conselho Escolar;

III - celebrar convênios e contratos com instituições de ensino;

IV - participar da elaboração dos programas de ensino;

V - apresentar à Mesa Executiva o orçamento anual da Escola, após ouvido o Diretor;

VI - cumprir e fazer cumprir o presente Regimento Interno.

Art. 4º - O diretor da Escola será nomeado pela Mesa Executiva da Assembléia, após ouvido o presidente da Escola.

§ 1º - O cargo de diretor deverá ser ocupado por um servidor da Assembléia com escolaridade mínima em ensino superior.

§ 2º - Compete ao diretor:

I - representar a Escola junto à Administração da Assembléia, a entidades externas quando solicitado pelo presidente da Escola;

II - dirigir as atividades da escola e tomar as providências necessárias à sua regularidade;

III - elaborar o relatório anual de atividades a ser submetido ao Conselho Escolar;

IV - planejar e controlar os gastos de acordo com a previsão orçamentária;

V - propor ao presidente da Escola o orçamento anual, em tempo hábil para inseri-lo no orçamento anual da Assembléia Legislativa;

VI - orientar os serviços da Secretaria da Escola;

VII - assinar, juntamente com o titular da Secretaria, certificados e documentos escolares;

VIII - participar, com direito a voto, das reuniões do Conselho Escolar;

IX - presidir o Conselho Escolar na ausência do presidente da Escola;

X - propor, ouvido o Conselho Escolar, a contratação temporária de professores e conferencistas;

XI - prover, mediante requisição, os recursos necessários ao funcionamento da Escola;

XII - aplicar no âmbito da Escola medidas disciplinares decididas pelo Conselho Escolar;

XIII - assinar as correspondências oficiais da Escola;

XIV - apreciar requerimentos dos alunos e professores sobre dispensa, licenças e matrículas;

XV - desenvolver outras atividades inerentes ao cargo, em especial com relação à administração da Escola.

Art. 5º - O Conselho Escolar é o órgão de deliberação máxima da Escola do Legislativo, tendo a seguinte composição:

I - presidente da Escola;

II - diretor da Escola;

III - coordenador administrativo;

IV - coordenador pedagógico;

V - coordenador de ensino à distância;

VI - dois servidores indicados pela Mesa Executiva, após ouvir a Presidência da Escola;

VII - um representante do corpo docente, indicado pela maioria de seus pares;

VIII - um representante do corpo discente, escolhido pela maioria dos representantes de turma.

Art. 6º - O Conselho Escolar reunir-se-á ordinariamente na primeira semana do mês, e, extraordinariamente, sempre que necessário.

§ 1º - A presidência do Conselho caberá ao presidente da Escola, em sua ausência ao diretor da Escola, e no impedimento de ambos pelo coordenador administrativo.

§ 2º - Em caso de empate nas votações caberá ao presidente do Conselho a decisão.

§ 3º - A reunião extraordinária será convocada pelo presidente, de ofício ou a requerimento da maioria dos membros do Conselho Escolar.

Art. 7º - Compete ao Conselho Escolar:

I - fixar as diretrizes de atuação da Escola em cada período letivo, observados os objetivos da Escola;

II - planejar o trabalho escolar, estabelecendo os cursos a serem ofertados, o respectivo calendário e a periodicidade das avaliações;

III - aprovar o planejamento dos cursos e programas especiais;

IV - propor medidas que levem ao melhoramento da Escola;

V - aprovar os módulos e os currículos de ensino;

VI - aprovar os editais de seleção e de matrícula;

VII - aprovar os editais dos concursos para o corpo docente permanente;

VIII - apreciar as contratações temporárias de professores, conferencistas e instrutores;

IX - propor medidas para a solução de questões disciplinares;

X - aprovar o relatório anual de atividades a ser encaminhado à Mesa Executiva da Assembléia;

XI - propor à Mesa Executiva, por meio do presidente da Escola, modificações à estrutura da Escola ou neste Regimento;

XII - deliberar em grau ordinário ou recursal os demais assuntos atinentes às atividades da Escola.

Art. 8º - Os coordenadores serão indicados pela Mesa Executiva entre os servidores com escolaridade superior, com as seguintes responsabilidades:

I - o coordenador administrativo é responsável em dar condições ao funcionamento dos programas especiais e da formação permanente;

II - o coordenador pedagógico é o responsável pela formação permanente e pelos programas especiais;

III - o coordenador de Ensino à Distância.

Art. 9º - Compete aos coordenadores:

I - planejar os cursos e programas a serem oferecidos no semestre conforme decisão do Conselho Escolar;

II - coordenar, acompanhar e avaliar, em conjunto com o diretor da Escola, o desenvolvimento dos cursos e programas e o desempenho dos professores;

III - submeter à aprovação do diretor e do Conselho os nomes de professores, instrutores e conferencistas;

IV - comunicar ao diretor e ao Conselho Escolar os casos de reincidência em falta disciplinar;

V - opinar sobre a matrícula em disciplinas isoladas;

VI - elaborar e submeter ao Conselho Escolar os editais de seleção para ingresso na Escola;

VII - desenvolver outra atividade inerente ao cargo.

Art. 10 - A secretaria da Escola é órgão auxiliar dos demais, sendo de sua competência:

I - manter atualizados os registros do aluno e do professor;

- II - providenciar o diário de classe;
- III - expedir certificados;
- IV - manter cadastro de nomes de profissionais especializados em diversas áreas do saber de interesse pedagógico da Escola Legislativa;
- V - lavrar as atas das reuniões do Conselho Escolar;
- VI - divulgar os editais;
- VII - elaborar a correspondência e demais documentos da Escola;
- VIII - prover as necessidades de material para o desenvolvimento dos cursos e programas;
- IX - desenvolver outras atividades inerentes ao cargo.

Capítulo III

Do Corpo Docente e do Corpo Discente

Art. 11 - O corpo docente será composto pelos docentes permanentes e pelos contratados de forma temporária.

§ 1º - O corpo docente permanente será contratado por meio de concursos públicos, sendo suas bancas examinadoras indicadas pelo Conselho Escolar;

§ 2º - O corpo docente temporário será contratado tendo em vista conhecimento notório e experiência comprovada nas áreas de interesse de seus proponentes.

Art. 12 - O corpo discente é constituído pelos alunos regularmente matriculados na Escola do Legislativo.

§ 1º - Serão considerados alunos regularmente matriculados aqueles que estiverem matriculados em um curso, não podendo constar os alunos que se matricularam em disciplinas isoladas;

§ 2º - Cada turma dos alunos deverá escolher um representante para tratar de assuntos de interesse dos mesmos perante os órgãos da Escola.

Capítulo IV

Dos Direitos e dos Deveres

Art. 13 - São direitos do professor:

- I - liberdade de cátedra;
- II - participação, por meio de representante, no Conselho Escolar;
- III - remuneração dos serviços prestados;

Art. 14 - São deveres do professor:

- I - cumprir a programação estabelecida para o curso sob sua responsabilidade;
- II - elaborar os planos de curso e os instrumentos de avaliação;
- III - entregar à Secretaria da Escola, em tempo hábil, os resultados das avaliações e da sua apuração da frequência;
- IV - aplicar ao aluno que incorrer em falta disciplinar penalidade de advertência e suspensão de até 1 (um)

dia letivo e comunicar a ocorrência ao respectivo Coordenador;

- V - ter assiduidade e pontualidade.

Art. 15 - São direitos do aluno:

- I - conhecer as normas regulamentares que lhe dizem respeito;
- II - ter cumpridos pelo professor os programas das disciplinas;
- III - participar do Conselho Escolar, conforme previsão neste regimento.

Art. 16 - São deveres do Aluno:

- I - Acatar as normas regulamentares da Escola do Legislativo;
- II - cumprir a programação estabelecida e o calendário escolar;
- III - ter pontualidade e assiduidade;
- IV - respeitar os demais alunos e professores.

TÍTULO II

DO REGIME DIDÁTICO

Capítulo I

Do Conteúdo Programático

Seção I

Dos Estudos Básicos

Art. 17 - Os estudos básicos compõem-se de quatro disciplinas que representam o domínio de conhecimentos mínimos que todos os servidores permanentes da Assembléia Legislativa devem possuir:

- I - Poder Legislativo: aspectos históricos, sociopolíticos e jurídicos;
- II - estrutura e funcionamento da Assembléia Legislativa: uma visão institucional;
- III - regimento interno e dinâmica do processo legislativo;
- IV - servidor público, administração pública e sociedade.

Seção II

Estudos Temáticos

Art. 18 - Os estudos temáticos compõem um quadro de formação aberta, que reúne estudos em cinco áreas de concentração, conjugando conhecimentos variados relacionados com as atividades do Legislativo:

I - Estudos Jurídicos e Legislativos (EAP): compreendem estudos jurídicos de modo geral, especialmente o processo legislativo, matérias legislativas de competência do Estado e Direito Constitucional, quando necessário Direito Administrativo e Tributário;

II - Estudos de Administração Pública (EAP): abrangem questões de teoria da administração, de plane-

jamento e gestão públicos, e a situação das organizações e das instituições públicas no mundo contemporâneo;

III - Estudos Sociopolíticos (ESP): envolvem conceitos básicos no campo da política, a avaliação, dos pontos de vista sociológico e histórico, das relações entre a sociedade e o poder público, e a discussão orientada sobre problemas e questões das realidades catarinense e brasileiras;

IV - Estudos Econômicos, Financeiros e Orçamentários (EFO): abrangem temas de economia e os relativos à competência do Poder Legislativo na área de controle e fiscalização financeira e orçamentária;

V - Estudos Lingüísticos (ELG): ocupam-se de todo o conhecimento na área de comunicação e expressão escrita.

Seção III

Estudos Complementares

Art. 19 - Os estudos complementares abrangem matéria e conhecimentos técnico-administrativos úteis ao trabalho legislativo não compreendidos nas áreas de concentração dos estudos temáticos e determinados pela necessidade de cada setor.

§ 1º - Os estudos básicos e os estudos temáticos serão ministrados em níveis correspondentes aos graus de escolaridade dos servidores, que terão acesso à matrícula por indicação dos titulares das diversas áreas.

§ 2º - Serão permanentes os cursos que correspondem aos estudos básicos e temáticos. A periodicidade dos cursos específicos obedecerá, prioritariamente, as demandas das unidades administrativas da Assembléia, estabelecidas pelo planejamento anual.

Seção IV

Dos Cursos Temporários

Art. 20 - São temporários os cursos especiais destinados a atender demandas conjunturais da Assembléia ou do momento político e os de curta duração, como os de extensão ou atualização.

Parágrafo Único - Os cursos de que trata este artigo poderão ser organizados em forma de congressos, simpósios, seminários, ciclos de debates e fóruns.

Seção V

Dos Cursos dos Vereadores

Art. 21 - Os cursos destinados aos vereadores dos municípios do Paraná deverão ser ministrados de forma permanente, sejam cursos à distância ou de curta duração, buscando atender um maior número de legisladores municipais possível.

Parágrafo Único - A matrícula nos cursos mencionados no *caput* do presente artigo deverão obedecer, como critério de seleção, preferência para os vereadores

de municípios com menor dotação orçamentária para suas respectivas Câmaras Municipais.

Capítulo II

Do Ingresso na Escola

Art. 22 - As condições de matrícula ou inscrição nos cursos e programas oferecidos pela Escola do Legislativo serão definidas em edital aprovado pelo Conselho Escolar.

§ 1º - Será livre a inscrição nos cursos de que trata o artigo 22, se o respectivo regulamento não dispuser o contrário, exigindo-se a anuência do titular do órgão quando houver coincidência entre o horário de trabalho do servidor e o curso oferecido.

§ 2º - O edital poderá reservar vagas para atendimento à demanda de outras instituições públicas, limitadas a 50% do total de vagas oferecidas.

§ 3º - O diretor poderá autorizar a matrícula em disciplina isolada e a dispensa de disciplina já cursada, ouvida a Coordenação de Ensino quanto à sua possibilidade e conveniência.

§ 4º - Além dos critérios estabelecidos neste artigo, dever-se-á cumprir, quando se tratar de cursos dirigidos aos vereadores, as disposições do artigo 25 do presente Regimento.

Art. 23 - Os cursos referentes aos Estudos Temáticos serão destinados aos servidores das áreas a eles correspondentes.

§ 1º - O conselho Escolar poderá condicionar as matrículas nos cursos de que trata o *caput* à classificação em processo seletivo.

§ 2º - Ocorrendo a hipótese prevista no parágrafo anterior, o edital poderá estabelecer critérios que favoreçam em até 20 (vinte) pontos percentuais os candidatos oriundos das áreas específicas a que o curso é destinado.

Capítulo III

Da Avaliação

Art. 24 - Serão objetos de avaliação:

I - O rendimento do aluno nos cursos permanentes;

II - Os cursos ministrados.

§ 1º - A avaliação de que trata o inciso I medirá, preferencialmente, a percepção de relações e a compreensão de fatos e conceitos, e seus instrumentos serão escolhidos pelo professor de acordo com a natureza da disciplina e a metodologia adotada.

§ 2º - A avaliação prevista no inciso II visará ao aprimoramento dos currículos e das metodologias adotadas, buscando o aperfeiçoamento do processo ensino-aprendizagem, devendo ser aplicado juntamente com outros métodos uma avaliação do curso pelo corpo docente.

§ 3º - A critério do Conselho Escolar, poderá haver avaliação do rendimento do aluno em cursos temporários.

Art. 25 - As avaliações, que deverão ser contínuas, cumulativas e expressas em pontos, terão sua periodicidade fixada pelo Conselho Escolar.

Art. 26 - O aluno poderá obter, em cada disciplina, até 100 (cem) pontos, cuja distribuição se regerá por normas do Conselho Escolar.

Capítulo IV

Da Aprovação e da Recuperação

Art. 27 - Considerar-se-á aprovado o aluno que obtiver, no mínimo, 60 (sessenta) pontos e frequência igual ou superior a 70% (setenta por cento) em cada disciplina.

Parágrafo Único - A frequência será registrada pelo professor no diário de classe ou em folha de presença registrada pela Secretaria.

Art. 28 - O aluno que não alcançar a aprovação poderá submeter-se a exames de recuperação, desde que seja freqüente, nos termos do artigo anterior, e tenha obtido pelo menos 40 (quarenta) pontos na disciplina.

Art. 29 - Considerar-se-á aprovado o aluno que alcançar, após os exames de recuperação, o mínimo de 60 (sessenta) pontos, resultantes da média aritmética das notas obtidas durante o curso e na prova de recuperação.

TÍTULO III

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 30 - O curso correspondente aos Estudos Básicos será oferecido ao servidor admitido na Assembléia, como parte do treinamento introdutório.

Parágrafo Único - com as adaptações necessárias o curso de que trata o *caput* do presente artigo será ofertado para todos os atuais servidores da Assembléia Legislativa.

Art. 31 - Os deputados poderão freqüentar livremente os cursos oferecidos.

Art. 32 - A Escola poderá oferecer consultoria às Comissões Permanentes da Assembléia, em casos de tramitação de projetos de relevante importância, por solicitação da Mesa Executiva.

Art. 33 - A Escola poderá propor a celebração de convênio com instituição credenciada para ministrar cursos, no todo ou em parte, ou para efetuar pesquisas de interesse da Assembléia, especialmente sobre os resultados da aplicação da legislação estadual.

Art. 34 - Por decisão do Conselho Escolar, poderão ser oferecidos cursos em regime aberto, sujeitos à monitoria e à avaliação.

Art. 35 - A Escola poderá organizar grupos de estudos e pesquisa de assuntos relativos aos Estudos Temáticos, de que trata o artigo 18 em nível de aperfeiçoamento, sob orientação de profissional devidamente habilitado.

§ 1º - A participação nos grupos de estudos e pesquisa de que trata este artigo dará direito a certificado nos termos definidos pelo Conselho Escolar.

§ 2º - O Conselho Escolar poderá propor à Mesa da Assembléia a publicação de revista ou boletim para divulgação dos resultados dos estudos e pesquisa de que trata o artigo e de outros relacionados com os objetivos da Escola.

Art. 36 - O Conselho Escolar poderá propor à Mesa da Assembléia a implantação de cursos de pós-graduação, cumpridas as exigências legais; e de cursos que propiciem a continuidade de estudos nos demais níveis de escolaridade.

Art. 37 - A Escola do Legislativo será vinculada à Mesa Executiva da Assembléia.

Art. 38 - Os casos omissos serão resolvidos pelo Conselho Escolar, vedada a alteração dos objetivos da Escola, de seus Estudos Básicos e Estudos Temáticos e das competências dos órgãos de sua estrutura.

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 15ª LEGISLATURA ATA DA 073ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE SETEMBRO DE 2003

(quarta-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Delegado Bradock e Geraldo Cartário.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Hermas Brandão, Natálio Stica, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Cleiton Kielse, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Ângelo Vanhoni, André Vargas, Antonio Anibelli, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Doutor Luciano, Duílio Genari, Durval Amaral, Elio Rusch, Elton Carlos Welter, Fernando Ribas Carli, Hermes da Fonseca, Jocelito Canto, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Milzinho Pupio, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nelson Tureck, Padre Paulo Campos, Pedro Ivo Ilkiv,

Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni, Vanderlei Iensen e Waldir Leite (52). Achando-se ausentes a senhora deputada Elza Correia e o senhor deputado Francisco Bühner (02).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 2049

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário preferência para discussão e votação do Substitutivo Geral apresentado na CCJ em 09.09.2003 ao Projeto de Lei nº 008/2003.

Sala das Sessões, em 17.09.2003.

(a) GERALDO CARTÁRIO

REQUERIMENTO Nº 2052

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário preferência para discussão e votação do Projetos de Lei nºs 294/2003 e 530/2003, itens 18 e 21 da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 17.09.2003.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 2040

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o doutor Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento do Exmo. Sr. José Cláudio Pereira Neto, Mui Digno prefeito municipal de Maringá.

Cabe ressaltar que o mesmo era o atual prefeito municipal de Maringá, onde mostrou todo seu empenho na administração pública daquele município.

Requer, também, envio de correspondência à família enlutada, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 17.09.2003.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 2042

Senhor Presidente:

Observada as disposições regimentais, a adiante nominada, deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa sejam expedidas correspondência enviando votos de pesar pelo falecimento de José Cláudio Pereira Neto, prefeito de Maringá, nesta data, à família (Av. Humaitá, 774, zona 4), à Prefeitura de Maringá (Av. XV de Novembro, 701, CEP 87.113-230) e à Câmara Municipal (Av. Papa João XXIII, 239 - CEP 87.101-260).

Rogamos a Deus para que conforte a família enlutada neste momento de dor, bem como os amigos e sua assessoria, que acompanharam os meses de luta do prefeito, cuja coragem sensibilizou a comunidade maringense.

Sala das Sessões, em 17.09.2003.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 2044

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento da Sra. Luci Hoffmann Froguel, nesta Capital. Era uma pessoa muito querida e respeitada pelos seus familiares, amigos, colegas de profissão, alunos e conhecidos, deixando muitas saudades em todos. Recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 17.09.2003.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2045

Senhor Presidente:

O deputado que se subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, votos de pesar pelo falecimento de José Cláudio Pereira Neto, prefeito de Maringá, ocorrido nesta manhã, em Maringá.

Requer outrossim, que após a decisão do Plenário seja enviado expediente à Avenida XV de Novembro, 701, centro, CEP 87013-230, Maringá-PR.

Sala das Sessões, em 17.09.2003.

(a) ANDRÉ VARGAS

REQUERIMENTO Nº 2061

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, vem respeitosamente a este douto Poder Legislativo REQUERER, depois de ouvido o Plenário, sejam encaminhados votos de pesar à família do Sr. Francisco Ferreira Claudino, ex-

prefeito de São José dos Pinhais, falecido em 26 de agosto do corrente ano.

Segue em anexo, justificativa de requerimento.

Nestes termos, pede deferimento.

Sala das Sessões, em 17.09.2003.

(a) FRANCISCO BÜHRER

JUSTIFICATIVA:

Francisco Ferreira Claudino - Dr. Quito, nasceu no dia 2 de março de 1931 em São José dos Pinhais. Filho de Joaquim Ferreira Claudino e Olga Weshcer Ferreira, morou por vários anos no distrito de Fazenda Rio Grande, fixando residência posteriormente em São José dos Pinhais, onde iniciou seus estudos básicos e transferindo-se, mais tarde para Curitiba, concluindo o segundo grau.

Formou-se em Direito pela Universidade Federal do Paraná, no ano de 1957. Exerceu a profissão com dedicação e zelo, ocupando por muitos anos o cargo de advogado e procurador da prefeitura municipal de São José dos Pinhais.

Muito jovem, iniciou na política local, onde foi eleito prefeito de São José dos Pinhais, entre os anos de 1969 a 1972, trabalhando intensamente em prol do progresso em vários setores.

Foi conselheiro e Provedor do Hospital e Maternidade de São José dos Pinhais. Muito religioso, foi presidente da Congregação Mariana de São José dos Pinhais e Ministro da Eucaristia.

Dedicou-se a várias entidades filantrópicas, tendo sido colaborador do falecido Padre Pedro Fuss nas construções das Igrejas de São Cristóvão, São Pedro, Bom Jesus e várias outras capelas do município. Sempre dedicado e solidário, trabalhou muito em prol dos mais carentes e sua morte abre um vazio no coração de muitos amigos.

Casou-se em 1957 em Belo Horizonte, com a senhora Diva Toffani Ferreira e desta União, teve 3 filhos; Olga Rita, Kleber Antonio e Ceres Fátima, deixando 4 netos.

REQUERIMENTO Nº 2069

Senhor Presidente:

A Bancada do Partido dos Trabalhadores, pelo seu vice-presidente, que ao final subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após aprovação do douto Plenário, a inserção em Ata dos trabalhos desta Casa de Leis e posterior envio de telegrama à prefeitura municipal de Maringá, de voto de profundo pesar pelo falecimento do prefeito de Maringá, José Cláudio Pereira Neto, ocorrido no dia 16 de setembro de 2003.

Sala das Sessões, em 17.09.2003.

(a) PEDRO IVO ILKIV

REQUERIMENTO Nº 2060

Senhor Presidente:

A deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, res-

peitosamente, REQUER envio de votos de congratulações ao secretário da Agricultura e do Abastecimento, Orlando Pessuti pelos relevantes serviços prestados pela SEAB durante seus 59 anos de existência.

Nestes termos, pede deferimento, conforme dispõe o artigo 132 do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 17.09.2003.

(a) ELZA CORREIA

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 546/2003

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Declara de Utilidade Pública Estadual a Associação dos Moradores da Estrada Piauí - AMEP, com sede e foro no município de Formosa do Oeste - PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.09.2003.

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

A Associação dos Moradores da Estrada Piauí - AMEP, estabelecida na Estrada Piauí, no município de Formosa do Oeste - PR, é a entidade máxima de representação, reivindicação, coordenação e defesa dos interesses gerais dos moradores, sendo uma sociedade civil sem fins lucrativos, políticos, partidários ou religiosos, com prazo indeterminado de duração, tendo por finalidades:

a) estudar as condições sociais, econômicas, sanitárias, assistenciais e outras da localidade, seus problemas, recursos e aspirações;

b) promover e contribuir para a formação e desenvolvimento da vida comunitária;

c) representar os moradores em suas reivindicações junto aos poderes constituídos;

d) promover e contribuir para o desenvolvimento humano e cultural, social, econômico e o bem estar da comunidade;

e) receber e distribuir recursos de qualquer espécie e qualquer natureza;

f) colaborar com poderes públicos, conselhos e outras entidades existentes na comunidade, dando-lhes conhecimento dos problemas da comunidade, pleiteando as respectivas soluções.

PROJETO DE LEI Nº 547/2003

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - A soberania popular é exercida por sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual

para todos, nos termos desta lei e das normas constitucionais pertinentes, mediante:

- I - plebiscito;
- II - referendo;
- III - iniciativa popular.

Art. 2º - Plebiscito e referendo são consultas formuladas ao povo para que delibere sobre matéria de acentuada relevância, de natureza constitucional, legislativa ou administrativa.

§ 1º - O plebiscito é convocado com anterioridade a ato legislativo ou administrativo, cabendo ao povo, pelo voto, aprovar ou denegar o que lhe tenha sido submetido.

§ 2º - O referendo é convocado com posterioridade a ato legislativo ou administrativo, cumprindo ao povo a respectiva ratificação ou rejeição.

Art. 3º - O plebiscito e o referendo deverão ser convocados por meio de decreto legislativo subscrito por um terço dos deputados estaduais.

Art. 4º - Aprovado o ato convocatório, o presidente da Assembléia Legislativa dará ciência à Justiça Eleitoral, a quem incumbirá, nos limites de sua circunscrição:

- I - fixar a data da consulta popular;
- II - tornar pública a cédula respectiva;
- III - expedir instruções para a realização do plebiscito ou referendo;
- IV - assegurar a gratuidade nos meios de comunicação de massa concessionários de serviço público, aos partidos políticos e às frentes suprapartidárias organizadas pela sociedade civil em torno da matéria em questão, para a divulgação de seus postulados referentes ao tema sob consulta.

Art. 5º - Convocado o plebiscito, o projeto legislativo ou medida administrativa não efetivada, cujas matérias constituam objeto da consulta popular, terá sustada sua tramitação, até que o resultado das urnas seja proclamado.

Art. 6º - O plebiscito ou referendo, convocado nos termos da presente lei, será considerado aprovado ou rejeitado por maioria simples, exigindo-se o comparecimento da maioria absoluta do eleitorado, de acordo com o resultado homologado pelo Tribunal Superior Eleitoral.

Art. 7º - O referendo pode ser convocado no prazo de trinta dias, a contar da promulgação de lei ou adoção de medida administrativa, que se relacione de maneira direta com a consulta popular.

Art. 8º - A tramitação dos projetos de plebiscito e referendo obedecerá às normas do Regimento Interno da Assembléia Legislativa.

Art. 9º - A iniciativa popular consiste na apresentação de projeto de lei à Assembléia Legislativa, subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado estadual, distribuído em pelo menos cinquenta municípios, com um por cento dos eleitores inscritos em cada um deles.

§ 1º - O projeto de lei de iniciativa popular deverá circunscrever-se a um só assunto.

§ 2º - O projeto de lei de iniciativa popular não poderá ser rejeitado por vício de forma, cabendo à Assembléia Legislativa, por seu órgão competente, providenciar a correção de eventuais impropriedades de técnica legislativa ou de redação.

Art. 10 - A Assembléia Legislativa, verificando o cumprimento das exigências estabelecidas no artigo 9º e respectivos parágrafos, dará seguimento à iniciativa popular, consoante as normas do Regimento Interno.

Art. 11 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 17.09.2003.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

Apoiamento:

Pedro Ivo Ilkiv, Elton Carlos Welter, Ademir Bier, Artagão Júnior, Cida Borghetti, Vanderlei Iensen, Francisco Bühner, Renato Gaúcho, Chico Noroeste, Pastor Edson Praczyk, Reni Pereira, Waldir Leite, Dobrandino da Silva, Barbosa Neto, Alexandre Curi, Neivo Beraldin, André Vargas, Nereu Moura, Padre Paulo Campos, Hermas Brandão, Natálio Stica, Miltinho Pupio, Doutor Luciano, Luiz Nishimura, Augustinho Zucchi, Duílio Genari e Luiz Fernandes da Silva Litro.

JUSTIFICATIVA:

O artigo 2º da Constituição Estadual ainda não foi regulamentado por esta Casa de Leis, fato que impede o exercício regular de um dos pilares da democracia: a soberania popular.

A regulamentação dos direitos previstos respectivamente no artigo 14 da Constituição Federal e artigo 2º da Constituição Estadual é de grande importância para a sociedade, tendo em vista que determina os requisitos necessários para o exercício dos direitos ali previstos.

PROJETO DE LEI Nº 548/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Ficam as empresas concessionárias dos serviços de energia elétrica e de água, obrigadas a dispensar tratamento especial às Santas Casas de Misericórdia do Estado do Paraná.

Parágrafo Único - Por tratamento especial entende-se a isenção das tarifas mensais de energia e água.

Art. 2º - Caberá ao Poder Executivo Estadual no prazo de 60 (sessenta) dias contados da publicação, a regulamentação da presente lei.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 17.09.2003.

(a) JOCELITO CANTO

JUSTIFICATIVA:

As Santas Casas de nosso Estado, assim como as demais instituições que não visam lucro em suas atividades e prestam atendimento gratuito às populações mais carentes que não são assistidas por entidades de previdência e assistência social pública ou particular, tem enfrentado graves problemas de caixa para fazer frente a tantas despesas que sofrem aumentos mensais mantendo, ao mesmo tempo, atendimento de alto nível.

Como se sabe, os repasses do SUS, Secretaria de Estado da Saúde e a captação de recursos de outras fontes são sempre insuficientes para cobrir os custos de atendimentos que muitas vezes exigem um grau elevado de complexidade e de sofisticação de equipamentos.

Além de despesas fixas, existe a necessidade periódica de manutenção e modernização de equipamentos, aquisição de novos insumos, investimentos em recursos humanos de qualidade, enfim, tudo o que se faz necessário para a execução dos atendimentos que têm por objetivo a prevenção de doenças e manutenção da vida.

A aprovação do presente projeto permitirá às Santas Casas de Misericórdia uma redução de despesas fixas que pode representar um alívio de caixa, contribuição fundamental para a manutenção do bom atendimento às pessoas mais carentes. Para tanto, pedimos o apoio dos nobres pares desta Casa.

PROJETO DE LEI Nº 549/2003

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - É concedido passe livre no sistema de transporte coletivo intermunicipal aos policiais militares em serviço.

Art. 2º - O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de noventa dias a contar de sua publicação.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.09.2003.

(a) FERNANDO RIBAS CARLI

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei visa auxiliar os integrantes da corporação da Polícia Militar do Paraná que trabalham em uma cidade e residem em outra, facilitando assim o cumprimento de seus deveres frente à comunidade.

Daí por que conto com a sensibilidade e apoio dos nobres colegas parlamentares para aprovação imediata desta lei, por ser uma questão de Segurança Pública e de ordem social.

PROJETO DE LEI Nº 550/2003

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Assistência Social Ebenezer da Igreja Evangélica Assembléia de Deus, com sede no município de Figueira e foro no município de Curiúva.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 17.09.2003.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

A Assistência Social Ebenezer da Igreja Evangélica Assembléia de Deus, com sede no município de Figueira e foro no município de Curiúva, entidade sem fins lucrativos, tem realizado um trabalho maravilhoso junto à coletividade de toda a região, buscando a prestação de serviços gratuitos, no interesse único da melhoria da vida da comunidade em geral.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 551/2003

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Assistência Agropecuária Transparaná, com sede e foro no município de Ortigueira.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.09.2003.

(a) CLEITON KIELSE

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se tal proposição pelo grande trabalho desta entidade frente aos agricultores, uma vez que visa melhorar a qualidade de vida dos agricultores.

Assim sendo, conclamo aos meus eminentes pares a aprovarem o presente projeto, tendo em vista os inúmeros benefícios que terá comunidade do município de Ortigueira.

PROJETO DE LEI Nº 552/2003

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Ação Social da Igreja Presbiteriana Independente do Itaquí, com sede e foro no município de Campo Largo.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 17.09.2003.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

Ação Social da Igreja Presbiteriana do Itaquí, com sede e foro no município de Campo Largo, entidade sem fins lucrativos, tem realizado maravilhoso trabalho junto à coletividade de toda a região, buscando a prestação de serviços gratuitos, no interesse único da melhoria da vida da comunidade em geral.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 553/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - O inciso V do artigo 14, da Lei nº 11.280, de 26 de dezembro de 1995, passa a vigorar com a seguinte redação, acrescentando-se-lhe o parágrafo 3º

“V - de propriedade de pessoas portadoras de deficiência física visual, mental severa ou profunda, ou autista.

...

§ 3º- Para a concessão do benefício previsto no inciso V:

a) é considerada também pessoa portadora de deficiência física aquela que apresenta alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções;

b) é considerada pessoa portadora de deficiência visual aquela que apresenta acuidade visual igual ou menor que 20/2000 (tabela de Snellen) no melhor olho, após a melhor correção, ou campo visual inferior a 20º, ou ocorrência simultânea de ambas as situações;

c) o veículo automotor deverá ser adquirido diretamente pelo portador da deficiência física e, no caso dos interditos, pelos curadores;

d) adotar-se-á definição dada no ato conjunto editado pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República e pelo Ministério da Saúde, de que trata o parágrafo 4º do artigo 1º da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, na redação dada pela Lei nº 10.690, de 16 de junho de 2003, para fins de conceituação de pessoas portadoras de deficiência mental severa ou profunda, ou autistas, bem como as normas e requisitos para emissão dos laudos de avaliação delas;

e) os curadores respondem solidariamente quanto ao imposto que deixa de ser pago, em razão da isenção de que trata o inciso V;

f) a isenção restringir-se-á, anualmente, a um veículo automotor por pessoa portadora de deficiência física.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 17.09.2003.

(a) RENI PEREIRA

JUSTIFICATIVA:

A isenção do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, em relação a veículos de propriedade de portadores de deficiência física, hoje existente, artigo 14, inciso V, da Lei nº 11.280, de 26 de dezembro de 1995, somente alcança os casos em que o portador de deficiência física possui Carteira Nacional de Habitação.

Assim, uma infinidade de outras situações de deficiências físicas (mental, visual, tetraplégica, autismo, dentre outras), não estão alcançadas pelo benefício.

A legislação federal que concede isenção do IPI na aquisição de veículos por deficientes físicos foi recentemente alterada, Lei nº 10.690, de junho de 2003, ampliando o rol de beneficiários, objetivando o presente projeto de lei fazer a adequação da lei estadual à federal, extinguindo as discriminações e restrições existentes na lei vigente, de modo que o benefício possa ser estendido a um maior número de deficientes físicos.

PROJETO DE LEI Nº 554/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - O Poder Executivo implantará e manterá o programa de assistência e informação ao idoso intitulado SOS Idoso, mediante a disponibilização de serviços telefônicos para recebimento de denúncias de violência contra pessoas de terceira idade.

§ 1º - O atendimento será realizado por assistentes sociais habilitados no atendimento a vítimas de violência e seus familiares.

§ 2º - Poderão fazer parte da equipe de atendimento estudantes universitários das Universidades Públicas Estaduais, matriculados no curso de Serviço Social, que estejam cumprindo período de estágio curricular, sempre supervisionados por profissionais habilitados.

§ 3º - O serviço será prestado em dias úteis, finais de semanas e feriados, das 8h00 às 20h00.

Art. 2º - O número telefônico deverá receber a mais ampla publicidade em âmbito estadual.

Parágrafo Único - A ligação referida no *caput* deste artigo será sempre gratuita.

Art. 3º - As denúncias recebidas através do SOS Idoso, serão encaminhadas às autoridades competentes para apurá-las.

Art. 4º - Os atendentes terão acesso a um cadastro de casas de apoio, públicas ou privadas, para as quais possa encaminhar as vítimas.

Parágrafo Único - As casas de apoio deverão contar com psicólogas, assistentes sociais e representantes religiosos, habilitados ao atendimento de idosos.

Art. 5º - Essa lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.09.2003.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei visa estender o alcance do programa “violência zero” aos cidadãos de terceira idade que são vítimas de violência neste Estado. Para tanto, visa implantar um serviço telefônico para recebimento denúncias, com fim de proporcionar ao idoso a assistência necessária, bem como tornar mais efetiva a apuração de eventuais crimes contra ele perpetrados.

A assistência às referidas vítimas é responsabilidade dos Estados-Membros, os quais são, nos termos da Lei Maior pátria, competentes para legislar sobre essa matéria.

Tal assistência, é garantida constitucionalmente, conforme se depreende do artigo 203 da constituição federal, que determina:

“A Assistência social será prestada a quem dela necessitar independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivo:

I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;”

Quanto à competência para legislar sobre a matéria em questão, ela está demarcada, como toda a distribuição de competência entre os entes públicos, no próprio texto da Carta Magna, conforme ensino o respeitado constitucionalista Luis Roberto Barroso: “União, Estados e Municípios têm suas atribuições demarcadas pela Constituição Federal e estabelecem entre si relações que não têm a marca da hierarquia, mas a do desempenho por legitimação própria das funções constitucionalmente assinaladas.”¹

Na esfera da assistência social, assim dispõe o artigo 204, da Constituição Federal:

“Art. 204 - As ações governamentais na área assistência social serão realizadas com recursos do orçamento da seguridade social, previstos no artigo 195, além de outras fontes, e organizações com base nas seguintes diretrizes;

1. BARROSO, Luis Roberto. A derrota da federação: o colapso financeiro dos Estados e Municípios. Inc: Temas de direito constitucional. Rio de Janeiro - São Paulo: Renovar, 2001. p. 142.

I - descentralizações político-administrativa, cabendo a coordenação e normas gerais à esfera federal e a coordenação e a execução dos respectivos programas às esferas estadual e municipal, bem como à entidade beneficentes e de assistência social”;

Assim, compete aos Estados legislar sobre matérias de assistência social, observando as normas gerais estabelecidas em lei federal. A competência da União está lastreada na fixação de normas gerais (artigo 24, parágrafo 2º, da CF), podendo os Estados exercer competência legislativa suplementar para atender às suas peculiaridades locais (artigo 24, parágrafo 2º, da CF). A matéria relacionada à assistência social encontra-se submetida à competência legislativa concorrente, conforme denota-se do artigo 204, inciso I, que estabelece uma colaboração na elaboração de normas, e execução de projetos, entre a União, os Estados, Distrito Federal e Municípios, permitindo a atuação dessas diferentes esferas de poder.

Sobre a competência legislativa, concorrente, a indispensável lição do constitucionalista Raul Machado Horta:

“As Constituições Federais passaram a explorar, com maior amplitude, a repartição vertical de competências, que realiza a distribuição de idêntica matéria legislativa entre a União Federal e os Estados-Membros, estabelecendo verdadeiro condomínio legislativo, consoante regras constitucionais de convivência. A repartição vertical de competências conduziu à técnica da legislação federal fundamental, de normas gerais e de diretrizes essenciais, que recai sobre determinada matéria legislativa de eleição do constituinte federal. A legislação federal é reveladora das linhas essenciais, enquanto a legislação local buscará preencher o claro que ficou, afeiçoado a matéria revelada na legislação de normas gerais às peculiaridades e às exigências estaduais. A Lei Fundamental ou de princípios servirá de molde à legislação local.”²

É competência dos órgãos legiferantes estaduais elaborar normas específicas que versem sobre as peculiaridades da assistência social no âmbito do Estado, cabendo à União estabelecer normas gerais. Assim, é competência e responsabilidade desta Casa legislar sobre o tema em questão.

No aspecto material, o presente projeto de lei tem como fim atender, de maneira eficiente e adequada, às necessidades da população, como bem ressalta Adilson de Abreu Dallari, dizendo que “a primeira nota do serviço público é o seu caráter de responder a uma necessidade essencial da população.”³

2. HORTA, Raul Machado. Estudos de direito constitucional. Belo Horizonte: Del Rey, 1995.p.366.

3. DALLARI, Adilson de Abreu. Transporte coletivo: concessão de serviço público: impossibilidade de prorrogação. Revista de Direito Público, São Paulo, n. 88, out/dez. 1998, p.79.

É necessidade pública proteger os cidadãos de terceira idade que muitas vezes têm sido vítimas não só de violência, como também da negligência do Estado. É imprescindível a criação de sistemas que confiram maior segurança e qualidade de vida ao idoso.

Em suma, o escopo do presente projeto de lei é cumprir a disposição constitucional que determina que: “a família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida.”

PROJETO DE LEI Nº 555/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - O Estado do Paraná, seus órgãos da Administração Direta, Fundações, Institutos. Autarquias e Companhias da Administração Indireta, na contratação de empresas de vigilância, estabelecerão percentual mínimo de profissionais mulheres a serem contratadas.

Parágrafo Único - O instrumento convocatório da licitação estabelecerá em 30% o percentual de mulheres a serem contratadas pelas empresas para prestar serviços de vigilância nos órgãos e entidades públicas referidos no *caput* do artigo 1º.

Art. 2º - Esta lei será regulamentada pelo Executivo Estadual no prazo máximo de 60 dias.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 17.09.2003.

(a) TADEU VENERI

JUSTIFICATIVA:

Nos últimos anos as mulheres conquistaram importante espaço no mercado de trabalho.

Apesar desse avanço, em alguns setores ainda prevalece o domínio masculino. No setor de vigilância as mulheres se profissionalizaram e disputaram o mercado fazendo valer seus direitos.

Com a redução dos postos de trabalho as mulheres foram as primeiras a perder espaço e, hoje, muitas empresas de vigilância não mantêm mulheres em seus quadros. É importante assegurar preceito constitucional de proteção ao trabalho da mulher.

O Estado do Paraná, através dos órgãos da Administração Direta e entidades da Administração Indireta ao obrigar as empresas de vigilância que lhe prestam serviços estará cumprindo importante serviço às trabalhadoras paranaenses.

Os estudos realizados pelo Dieese e que anexamos a essa proposição demonstram que houve um crescimento dos empregos para mulheres mas que não obedece a essa proporção a abertura de vagas para mulheres no setor de vigilância.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Conforme entendimento entre os líderes, não teremos Horário do Pequeno Expediente nem do Grande Expediente.

Passamos ao Horário das Lideranças: PL, PSL, PPS, PTB, PP, PFL, PSDB, PDT.

(**Declinam**)

PT, deputado Ângelo Vanhoni.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Senhor presidente, senhores deputados.

Hoje a bandeira do Brasil e a bandeira do Estado do Paraná estão hasteadas a meio mastro.

O governador Roberto Requião, em contato telefônico ontem com o governador em exercício, vice-governador Orlando Pessuti, solicitou que o governo decretasse luto oficial por três dias em homenagem ao José Cláudio, prefeito de Maringá, que faleceu na manhã de ontem.

O Paraná, acho que perde uma das grandes lideranças do nosso Estado. A política do nosso País vive um processo de renovação das suas lideranças. O Brasil está mudando.

No Paraná, há questão de três anos, em Maringá o José Cláudio, um militante do Partido dos Trabalhadores, elegeu-se prefeito daquela cidade. Uma cidade que passava por um processo de crise profunda da sua administração, com um projeto modernizante de melhoria das condições de vida de Maringá, da transparência administrativa, o José Cláudio impôs um ritmo na administração. Mas, infelizmente, transcorridos oito meses, uma doença maligna tomou conta do seu corpo. E ontem, depois de quase um ano e meio de luta, ontem o José Cláudio nos deixou. Perde o Paraná, perde o Brasil, perde o Norte do nosso Estado, o Noroeste, perde a consciência política da transformação, da ética, dos compromissos com a população, com a maioria da população, perde um novo modelo de administração pública, do qual o José Cláudio era um daqueles que confortava dentro do seu peito esses ideais.

O José Cláudio, sem sombra de dúvida, vai fazer falta para nós e para os maringenses.

Então, deixamos aqui, em nome do Partido dos Trabalhadores, a nossa humilde e singela homenagem a esse prefeito que foi uma das grandes lideranças e que prematuramente a morte levou a sua querida e terna presença do nosso meio.

Então, deixamos aqui, em nome do PT, o registro dos nossos profundos sentimentos pela morte do prefeito de Maringá.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Quero que os votos de profundo pesar do PT sejam de toda esta Casa, da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. Já nos manifestamos ontem sobre o falecimento do prefeito José Cláudio, e hoje com a manifestação de V. Exa., queremos associar os votos de profundo pesar.

O SR. ELIO RUSCH (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, quero me somar às palavras do líder do Governo, deputado Ângelo Vanhoni.

Nós conhecemos o José Cláudio Pereira Neto, conhecido carinhosamente pela sua população por Zé Cláudio, porque militamos junto com o ele no movimento estudantil em 1975 e 1976, quando ele era presidente da UPS e eu fazia parte da diretoria da UPS, e depois participava, presidia o presidente do Tribunal de Contas da UPS no Estado do Paraná, no movimento secundarista.

O José Cláudio, lá de Maringá, eu em Marechal Cândido Rondon, o Jair Trasson em Toledo, e tantas outras lideranças do movimento estudantil, que naquela época chegamos a conhecer o Zé Cláudio, foram inúmeros os movimentos estudantis, congressos estudantis que participamos. E ele foi um grande amigo meu e, sem sombra de dúvida, perco um grande amigo, independente de suas posições políticas, mas eu tinha uma amizade muito grande com o José Cláudio.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

No Horário do PMDB, concedo a palavra ao deputado Rafael Greca.

O SR. RAFAEL GRECA

Senhor presidente, senhores deputados.

Ao mesmo tempo em que manifesto, em nome dos deputados do PMDB, o nosso pesar pelo falecimento do prefeito de Maringá, ocupo esse Horário da Liderança, para denunciar os malefícios que o programa de terceirizações vem fazendo à cidade de Curitiba. A cidade de Curitiba viu no último final de semana, espantada, o noticiário dos roubos dos equipamentos eletrônicos ou de informática dos Faróis do Saber. Quando construí, quando prefeito, a Rede dos Faróis do Saber, eu os construí para serem bibliotecas, mas também postos de guarda nos bairros da cidade. Bibliotecas de cinco mil livros e postos de consulta à Internet. Postos de avanço contra o analfabetismo e o “apartheid” digital.

Cada Farol do Saber, dos 57 que existem, com 5 mil livros e 25 computadores. No último final de semana, o Jornal Nacional noticiou o roubo dos computadores do Farol do Saber. Isso porque o prefeito Cássio Taniguchi tirou os guardas municipais do Farol do Saber e os substituiu por equipamentos eletrônicos de alarme de uma firma terceirizada. Gerou o desemprego, diminuiu a presença do policiamento nos bairros da cidade, deixou as escolas mais inseguras e terceirizou. Mas a terceirização não ficou só nos Faróis do Saber, ela se estende a todos os setores dessa administração e chegou até o bondinho da Rua das Flores. Lemos outro dia, na Gazeta do Povo, que esse prefeito que já comprou quatro projetos de bonde para Curitiba - quatro metrô de papel e quatro bondes de papel -, dois como presidente do IPPUC e dois como prefeito. Esse bonde de Mont Pelier é o quarto trem de papel que a atual prefeitura compra. Agora quer vender o bonde

ou quis vender o bonde da Rua das Flores, onde se estacionavam crianças, para o HSBC. Só não o fez, porque o presidente da Fundação Cultural, Cássio Xameque, deu uma entrevista para a Gazeta do Povo - falou antes da hora. A voz das ruas fez com que um popular gritasse, no meio da Rua XV, esbravejando contra o prédio do Palácio Avenida.

E em uma edição da Speaks Corner de Londres, o popular olhava para o prédio do HSBC e dizia: “por último, depois de terem comprado o Bamerindus, os do HSBC, agora, querem comprar o nosso bonde e tirá-lo das nossas crianças”. Consta que o Sr. Michel Goguegan ouviu o curitibano gritando e ficou muito bravo e decidiu não comprar o bonde do prefeito Cássio Taniguchi. Delícia da Boca Maldita, a história está sendo repetida nas ruas, porque não está saindo nos jornais. Eu resolvi contá-la para agradecer ao povo de Curitiba, o sentimento de conservação das coisas da cidade. Esse homem do povo, que impediu o prefeito de vender o bonde, fez com que fossem atendidas as mães da cidade, que na Festa de São Francisco, no último final de semana, me pediam: ex-prefeito Rafael, não deixe que o atual prefeito venda o bondinho da Rua das Flores para o HSBC.

Vejam, senhores, terceirizar as coisas da cidade, terceirizar Faróis do Saber no seu sistema de segurança e terceirizar até o bondinho da Rua das Flores é um exagero que foge ao equilíbrio. A cidade precisa que os seus equipamentos públicos sejam mantidos e mantidos com o dinheiro dos impostos que, aliás, em Curitiba não são baratos.

Então, para finalizar, fica o registro da Bancada do PMDB, contras as excessivas terceirizações que estão acontecendo em Curitiba e contra esse prefeito que, no exagero de comprar e vender bondes, quis até vender o bondinho da Rua das Flores.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Liderança da Oposição.

(**Declina**)

Liderança do Governo.

(**Declina**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 52 senhores deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do deputado Nelson Tureck, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Fernando Ribas Carli, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Cleiton Kielse, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Hermas Brandão, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Jocelito Canto, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Geraldo Carrião, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Reni Pereira, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Rafael Greca, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Tadeu Veneri, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2052, de autoria do deputado hermas Brandão, constante do expediente, solicitando preferência para a discussão e votação dos Projetos de Lei nºs 294/2003 e 530/2003, itens 18 e 21 da Ordem do Dia. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

De conformidade com o requerimento acima aprovado:

ITEM 18

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 294/2003, de autoria dos deputados Doutor Luciano e Hermas Brandão, que estabelece o direito da gestante ao conhecimento e a vinculação à maternidade onde receberá assistência no âmbito do Sistema Único de Saúde do Paraná. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CSP. Aprovado. (Publ. no DA. nº 039/2002, de 27.05.2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 294/2003

P A R E C E R :

Para análise dessa Comissão, o Projeto de Lei nº 294/2003, de autoria dos deputados Doutor Luciano e Hermas Brandão, que estabelece o direito da gestante ao conhecimento e a vinculação à maternidade onde receberá assistência no âmbito do Sistema Único de Saúde.

Pretendem os autores que as gestantes assistidas pelo SUS tenham pleno conhecimento do local onde devem receber atendimento em caso de intercorrências pré-natais e onde deverão ser atendidas por ocasião do parto.

Legislar sobre a matéria é competência dos Estados conforme se pode concluir da análise do artigo 24, da Constituição Federal de 1988.

Artigo 24 - Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

XII- Previdência social, proteção e defesa da saúde.

Encaminhado o projeto à Secretaria Estadual de Saúde esta se manifestou no sentido de que já vem desenvolvendo projetos com essa orientação, mas não apresentou qualquer divergência quanto ao fato de transformar em lei aquilo que já é uma prática habitual.

É mister que se destaque nesse parecer que as respostas dos órgãos estaduais, nos casos de proposições encaminhados para diligências, limitem-se a fornecer informações sobre a situação sobre análise, sem manifestação sobre outros aspectos processuais. É fundamental que se assegure a autonomia, independência e harmonia entre os poderes.

CF. Art. 2º - São poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

Qualquer manifestação de órgãos do Executivo sobre possibilidade de veto ou restrições às proposições, pode significar afronta ao artigo 2º da Constituição Federal.

Sobre a técnica legislativa é importante ressaltar que a proposição não traz qualquer comando sancionatório para o caso de descumprimento de suas determinações.

Pelas razões supra, o parecer é pela tramitação regimental da proposição. Sugira-se que emendem a proposição estabelecendo penalidades aos órgãos públicos vinculados aos SUS que não assegurem o cumprimento da norma legal a ser criada com a aprovação da proposição.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 19.08.2003.

(aa) HERMES DA FONSECA - Presidente

TADEU VENERI - Relator

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA PROJETO DE LEI Nº 294/2003

P A R E C E R :

O presente Projeto de Lei nº 294/2003, é de autoria dos deputados Dr. Luciano e Hermas Brandão, que estabelece o direito da gestante ao conhecimento e a vinculação à maternidade onde receberá assistência no âmbito do Sistema Único de Saúde do Paraná.

A Comissão de Constituição e Justiça já apresentou parecer favorável ao projeto, analisando sua constitucionalidade, chamada a opinar a Comissão de Saúde Pública encontra méritos na proposição que visa assegurar a toda gestante o direito ao conhecimento e a vinculação prévia à maternidade na qual será realizado o seu parto, na qual será atendida no caso de intercorrências pré-natais. Segundo o texto proposto a maternidade à qual será vinculada a gestante deverá ser comprovadamente aposta a prestar a assistência necessária conforme a situação de risco gestacional.

Isto posto, a Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto, apresentando parecer favorável ao mesmo.

Sala das Comissões, em 04.09.2003.]
(aa0 DOUTOR LUCIANO - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 21

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 530/2003, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 026/2003, a instituir a parcela complementar de remuneração ao funcionário público civil, efetivo, ativo e ao inativo e gerador de pensão da administração direta e autárquica do Poder Executivo do Estado do Paraná, denominado piso social complementar, conforme especifica. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. (Publ. no DA. nº 071/2003, de 10.09.2003).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 530/2003

P A R E C E R :

O projeto de lei em epígrafe, de autoria do Poder Executivo, que tem por finalidade “instituir a parcela complementar de remuneração ao funcionário público civil efetivo, ativo e ao inativo e gerador de pensão da administração Direta e Autárquica do Poder Executivo do Estado do Paraná, denominado Piso Social Complementar, conforme especifica.”

Quanto aos aspectos sobre os quais deve esta comissão se manifestar, nada temos a opor, pois estão obedecidos os preceitos constitucionais no que diz respeito à competência legislativa do senhor governador do Estado, chefe do Poder Executivo, estando, portanto presente o princípio da admissibilidade.

Chamada esta relatoria a se manifestar sobre a constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, nosso parecer é favorável a este projeto de lei.

Sala das Comissões, em 16.09.2003.
(aa) HERMES FONSECA - Presidente
ANTONIO ANIBELLI - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 530/2003

P A R E C E R :

O presente plano de lei, de autoria do Poder Executivo, que tem por objetivo instituir a “parcela complementar de remuneração ao funcionário público civil efetivo, ativo e ao inativo e gerador de pensão da administração Direta e Autárquica do Poder Executivo do Estado do Paraná, denominada Piso Social Complementar, conforme especifica.

Tal proposição já foi analisada pelo douta Comissão de Constituição e Justiça que exarou parecer favorável.

Esta Comissão de Finanças chamada a opinar, conforme preceitua o parágrafo 3º, do artigo 3º do Regi-

mento Interno, verificou que o projeto em questão beneficiará os servidores públicos de remuneração de pequena monta, significando assim, maior expressão e justiça na concessão do benefício.

Pelo exposto, nosso parecer é favorável ao projeto em tela, opinando-se pelo seu encaminhamento ao Plenário.

Sala das Comissões, em 17.09.2003.
(a) ELIO RUSCH - Presidente e Relator
Em votação.

O SR. ÂNGELO VANHONI (Para Encaminhar)

Senhor presidente, senhores deputados, eu acho que o governo do Estado, depois de longo tempo, faz uma justiça. Os funcionários do Estado do Paraná, sobretudo do Poder Executivo, e os funcionários da base da pirâmide funcional da estrutura do Estado não receberão menos de 400 reais a partir da promulgação e da publicação e da assinatura desta lei pelo governador do Estado do Paraná.

Então, por isso, isto tem um impacto na vida de 15 mil funcionários públicos do nosso Estado. São aqueles que ao longo desses últimos anos não tiveram os seus vencimentos reajustados. Ainda no nosso Estado nós temos perto de 15 mil que ganham menos de 400 reais. O que nós sabemos, é pouco 400 reais, nós gostaríamos que fosse mais, gostaríamos que o piso fosse, na realidade, perto de três salários mínimos, o que dá em torno de 700 reais que é condição mínima para a sobrevivência de uma família que nós imaginamos, uma família razoável na nossa economia no nosso país.

No entanto, o governador ao discutir o problema funcional de todos os funcionários públicos do Estado do Paraná, além de fazer o abono para os professores, extensivos também aos aposentados, de cem reais por padrão, agora está mandando esta mensagem à Assembléia Legislativa, corrigindo uma injustiça, melhorando as condições de vida dos 15 mil funcionários públicos do nosso Estado. Ninguém no Estado do Paraná vai receber menos do que 400 reais de salário.

Era isto.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão)

Em votação. **Aprovado.**

Passaremos à apreciação do restante da matéria conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

ITEM 01

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 008/2003, de autoria do deputado Geraldo Cartário, que normatiza os serviços funerários nos Institutos Médicos Legais - IML's e outros estabelecimentos públicos congêneres no Estado do Paraná. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E SP. EMENDAS DE PLENÁRIO COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 008/2003

P A R E C E R :

Relatório

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Geraldo Cartário, foi apresentado originalmente com a redação em quatro artigos, estabelecendo o livre acesso às empresas funerárias e de cemitérios de todos os municípios do Paraná junto aos Institutos Médicos Legais do Estado, porém também pretendia estabelecer um credenciamento de funcionários das prefeituras da região metropolitana de Curitiba junto àquele órgão, ressaltando o município de Curitiba em manter seus serviços, com seus próprios regulamentos.

Analisando nesta Comissão de Constituição e Justiça no dia 25 de março de 2003, e tentando excluir inconstitucionalidades existentes na proposição original, como a de normatizar o funcionamento de estruturas administrativas, tais como estabelecer credenciamentos junto aos IML's, ato tipicamente administrativo e, portanto, de iniciativa do Executivo, foi aprovado por unanimidade o parecer favorável apresentado por este parlamentar, em forma do seguinte substitutivo:

“Art. 1º - O serviço de transporte municipal de cadáveres, inclusive comercialização de caixões, urnas funerárias e a prestação de outros serviços complementares, são livres à iniciativa privada, vedada a garantia de exclusividade em virtude da localização da empresa que o realize.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.”

Entendemos, e assim fomos acompanhados pelos demais membros desta Comissão presentes na referida reunião, que os objetivos da proposição estariam abarcados com a nova redação, mormente o de garantir o direito de livre escolha do prestador do serviço fúnebre e do cemitério de sua preferência por parte dos familiares dos falecidos, evitando-se reserva de mercado, seja por razões geográficas, seja por outras razões, bem como o de eliminar a desagradável “disputa de cadáveres”, sob alegação de direitos de preferência.

Encaminhada à Comissão de Segurança Pública, entendeu-se que a redação do substitutivo aprovado nesta CCJ deveria sofrer alguns ajustes, a fim de assegurar, de forma clara e incontestável, a vontade dos familiares do falecido, essência da proposição.

Assim, sessenta dias após, em 26 de maio do corrente ano, novo substitutivo foi apresentado pelo relator da matéria, o eminente deputado Durval Amaral, e aprovado naquela comissão de mérito, com a seguinte redação:

“Art. 1º - O serviço fúnebre correspondente ao transporte do corpo, comercialização de caixões, urnas, espaço em cemitérios e demais serviços complementares, é livre à iniciativa privada, assegurada a livre vontade dos familiares do falecido.

Parágrafo Único - É vedada qualquer garantia de exclusividade à empresa prestadora de serviços fúnebres, em virtude da sua localização no município onde ocorreu o óbito ou no qual ocorra a liberação do corpo pelo órgão estadual competente, ainda que opere no sistema de alternância (rodízio).”

Incluída na Ordem do Dia para votação em Sessão Plenária do dia 28 de maio de 2003, foi solicitada e concedida a retirada por cinco Sessões.

Reincluída na Ordem do Dia de 5 de agosto de 2003 foi inicialmente solicitado o seu adiamento por mais cinco Sessões, a pedido do deputado Ailton Araújo, o que foi indeferido pelo presidente Hermas Brandão, pois regimentalmente não poderia ser novamente adiado. O deputado Ailton Araújo então fez encaminhamento de voto, no sentido de se rejeitar o substitutivo apresentado, sob o argumento de que o “sistema funerário de Curitiba entraria em caos e passaria a ter indústria de ‘caça-defunto’ dentro dos hospitais”, propugnando assim pela aprovação do projeto original. O presidente da Sessão então informou que a votação daquela data se referia unicamente em relação à constitucionalidade da proposição, fato referendado na intervenção do deputado Vanhoni, o qual esclareceu que no dia seguinte poderia ser apresentado emenda para que o projeto retornasse à Comissão, dando tempo para maior discussão. Também a deputada Elza Correia interveio, informando que, em acordo com o deputado Cartário, autor do projeto, apresentaria emenda para preservar a municipalização dos serviços, como ocorre nos municípios de Londrina, Curitiba e outras cidades, pois na forma da redação original, na sua interpretação, estes serviços públicos estariam inviabilizados. Colocado em votação em primeira discussão, o substitutivo foi aprovado.

A segunda discussão do projeto entrou na Ordem do Dia somente no dia 20 de agosto de 2003, ocasião em que recebeu três emendas de plenária.

A primeira, em forma de substitutivo geral, de autoria de Elza Correia, Ailton Araújo e Barbosa Neto, com a seguinte redação:

“Art. 1º - Os serviços funerários, incluindo a fabricação e o fornecimento de caixões mortuários, o transporte de mortos, a instalação e manutenção de velórios e outros serviços complementares, são livres à iniciativa privada, assegurada a livre vontade dos familiares do falecido.

Parágrafo Único - É vedada a garantia de exclusividade à empresa prestadora de serviços funerários no âmbito dos Institutos Médicos Legais do Paraná.

Art. 2º - O disposto nesta lei não se aplica aos municípios que, em face de sua competência para legislar e regulamentar os serviços funerários locais, administram com exclusividade esses serviços.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.”

A segunda, em forma de emenda aditiva, de autoria do deputado Elio Rusch, com a seguinte redação:

“Art. (sem numeração) - Ressalva-se o direito do município de Curitiba em manter os serviços funerários conforme sua própria legislação vigente.”

E ainda a terceira, em forma de emenda aditiva, de autoria do deputado Antonio Anibelli, acrescenta o seguinte artigo:

“Art. (sem numeração) - Em casos de cremação, as funerárias deverão prestar serviços de locação de urna funerária para o transporte féretro”.

Colocadas em discussão as emendas, manifestou-se em plenária o autor do projeto original, o deputado Geraldo Cartário, no sentido de esclarecer que a iniciativa pretendia disciplinar o trabalho executado pelo Instituto Médico Legal do Paraná, sem interferir nos serviços municipais, de forma que está de acordo com todas as emendas apresentadas em plenária. Ainda manifestou-se em plenária em defesa da primeira emenda o deputado Barbosa Neto.

Após o encerramento das discussões na sessão presidida pelo eminente deputado José Maria Ferreira, o projeto foi remetido a esta CCJ para análise das emendas.

Este é o relatório.

Fundamentação

Inobstante divergirmos quanto à procedência integral das reservas apontadas ao substitutivo geral levado ao plenário, vez que não gerará nenhum caos no sistema funerário, embora pudesse deixar dúvidas quanto ao monopólio público nos municípios onde este foi assim implantado através de legislação municipal, entendemos que as emendas de plenária aprimoram a proposição, seja no mérito, seja na redação, de forma que as mesmas devem ser acatadas, uma vez que não vislumbramos qualquer impedimento de ordem legal, porém, para fins práticos, entendemos que esta CCJ deverá propor um único substitutivo geral, na redação aglutina e na íntegra da primeira e terceira emenda de plenária, pois assim uma única votação deverá ser efetuada nesta Comissão também em plenária.

A segunda emenda de plenária, de autoria do ilustre deputado Elio Rusch, já está integralmente atendida na redação da primeira emenda, de autoria dos deputados Elza Correia, Ailton Araújo e Barbosa Neto.

Conclusão

Diante do exposto somos pelo parecer favorável à proposição em forma do substitutivo geral a seguir descrito:

SUBSTITUTIVO GERAL DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA AO PROJETO DE LEI Nº 008/2003

“Art. 1º - O serviço funerário, incluindo a fabricação e o fornecimento de caixões mortuários, o transporte de mortos, a instalação e manutenção de velórios e outros serviços complementares, são livres à iniciativa privada asseguradas a livre vontade dos familiares do falecido.

Parágrafo Único - É vedada a garantia de exclusividade à empresa prestadora de serviços funerários no âmbito dos Institutos Médicos Legais do Paraná.

Art. 2º - O disposto nesta lei não se aplica aos municípios que, em face de sua competência para legislar e regulamentar os serviços funerários locais, administram com exclusividade esses serviços.

Art. 3º - Em casos de cremação, as funerárias deverão prestar serviços de locação de urna funerária para o transporte féretro”.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário”.

Sala das Comissões, em 09.09.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

ELTON CARLOS WELTER - Relator

Apoioamento:

Antônio Anibelli, Duílio Genari, José Maria Ferreira, Doutor Luciano, Chico Noroeste, Neivo Beraldin, Tadeu Veneri.

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 2049, de autoria do senhor deputado Geraldo Cartário, constante do expediente, solicitando preferência de discussão e votação para o Substituto Geral apresentado na CCJ. em 09.09.2003. **Aprovado.**

Em votação o Substitutivo Geral. **Aprovado, artigo por artigo.** Automaticamente as demais emendas estão prejudicadas, o projeto voltará em 3ª votação na próxima segunda-feira.

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 103/2003, de autoria do deputado Tadeu Veneri, que dispõe sobre o combate ao Racismo no Estado do Paraná e dá outras providências. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 103/2003
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - O Poder Público Estadual, na área de sua competência assegurará meios eficazes que visem coibir a prática de racismo.

Parágrafo Único - O dever do Poder Público compreende:

I - a criação de divulgação dos meios de comunicação, de cujo espaço se utilize a administração pública, de programas de valorização da participação de negro na formação histórica e cultural brasileira e de combate às idéias e práticas racistas;

II - a reciclagem periódica dos servidores públicos, especialmente os de creche e escolas estaduais, de modo a habilitá-los para o combate às idéias e práticas racistas;

III - a punição ao agente público que violar a liberdade de expressão e manifestações das religiões afro-brasileiras;

IV - organizar a rede de ensino estadual, levando em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do nosso povo;

V - a representação proporcional dos grupos étnicos em todas as campanhas e atividades de comunicação do Estado e de entidades que tenham investimentos político ou econômico no Estado;

VI - a adoção, no sistema público de saúde, de procedimentos de detecção, nos primeiros anos de vida de anemia falciforme e hipertensão, males cuja incidência há maior na população negra e acarretam repercussões na saúde reprodutiva;

VII - o desenvolvimento de programas que assegurem igualdade de oportunidade e tratamento nas políticas culturais do Estado, tanto no que diz respeito no fomento à produção cultural, quanto na preservação da memória, objetivando dar visibilidade aos símbolos e manifestações do povo negro.

Art. 2º - Fica instituído no calendário oficial do Estado do Paraná, Dia Nacional da Consciência Negra, celebrando anualmente em 20 (vinte) de novembro.

Art. 3º - esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 10.09.2003.

(a) ADEMAR TRAIANO - Presidente e Relator

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 163/2003, de autoria do deputado Doutor Luciano, que proíbe a discriminação aos portadores do vírus HIV ou às pessoas com AIDS e dá outras providências. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 163/2003
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - É vedada qualquer forma de discriminação aos portadores do vírus HIV ou a pessoas com AIDS.

Art. 2º - Para efeito desta lei, considera-se discriminação aos portadores do vírus HIV ou as pessoas com AIDS:

I - solicitar exames para detecção do vírus HIV ou da AIDS para inscrição em concurso ou seleção para ingresso no serviço público;

II - segregar os portadores do vírus HIV ou as pessoas com AIDS no ambiente de trabalho;

III - divulgar, por quaisquer meios, informações ou boatos que degradem a imagem social do portador do vírus HIV ou de pessoas com AIDS, sua família, grupo étnico ou social a que pertença;

IV - impedir o ingresso ou a permanência no serviço público de suspeito ou confirmado portador do vírus HIV ou pessoa com AIDS, em razão desta condição;

V - impedir a permanência do portador do vírus HIV no local de trabalho, por este motivo;

VI - recusar ou retardar o atendimento, a realização de exames ou qualquer procedimento médico ou portador do vírus HIV ou pessoa com AIDS a informar sobre a sua condição a funcionários hierarquicamente superiores.

Art. 3º - A solicitação de qualquer exame relacionado à detecção do vírus HIV ou da AIDS, deverá ser precedida de esclarecimento sobre seu tipo e finalidade, sendo obrigatório e consentimento do interessado;

I - adequar sua funções e eventuais condições especiais de saúde;

II- se essa medida não for possível, mudar sua atividade, função ou setor, evitando a segregação proibida no artigo 2º, inciso II desta lei.

Art. 5º - É proibido impedir o ingresso, a matrícula ou a inscrição de portador do vírus HIV ou pessoa com AIDS em creches, escolas, centros esportivos ou culturais, programas, cursos e demais equipamentos de uso coletivo, todos públicos, em razão desta condição;

Art. 6º - O Poder Executivo regulamentará esta lei após sua promulgação.

Art. 7º - As empresas Públicas ou Entes de Direito Público que infringirem esta lei serão punidas com multa de 10.000 (dez mil) vezes o valor nominal da Unidade Fiscal do Estado do Paraná, em vigência.

Art. 8º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 09.09.2003.

(aa) ADEMAR TRAIANO - Presidente
NELSON JUSTUS - Relator

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 164/2003, de autoria do deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Salto do Itararé - APAE, com sede e foro na cidade de Salto do Itararé. **Aprovado. (Publ. no DA nº 013/2003, de 01.04.2003).**

ITEM 05

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 173/2003, de autoria do deputado Hermas Brandão, que estabelece compensações visando garantir a segmentos do setor

agroindustrial e restabelecimento das condições de competitividade, diante dos produtos importados do exterior, afetados por regimes jurídicos que prejudiquem a livre concorrência. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 173/2003
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - O contribuinte do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, que comprovar estar sendo prejudicado na livre concorrência no mercado nacional, de produtos importados do exterior em condições tributárias ou financeiras relativas ao ICMS mais favoráveis do que as vigentes para as operações com seus produtos agroindustriais produzidos no Estado, poderá obter uma compensação que lhe permita neutralizar tal vantagem competitiva.

Art. 2º - O contribuinte, individualmente, ou órgão de classe do setor produtivo que o represente, para obter a compensação referida no artigo anterior, deverá comprovar a existência de regime jurídico em vigência relativo ao ICMS, quer seja tributário, quer seja financeiro, que lhe dificulte ou impossibilite o acesso ao mercado.

Art. 3º - Para aplicação do disposto na alínea "b" do artigo 4º, da Lei nº 13.214, de 29 de junho de 2001, compreende-se como farinha de trigo também a mistura pré-preparada para fabricação de pães, classificadas no Código 1901.20.0 da NBM/SH.

Art. 4º - Ficam convalidadas as operações interestaduais praticadas, a partir de 29 de junho de 2001, com mistura pré-preparada para fabricação de pães, classificadas no Código 1901.20.0 da NBM/SH, que adotaram o entendimento explicitado no artigo anterior.

Art. 5º - Esta lei, que será regulamentada pelo Poder Executivo, entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 10.09.2003.

(a) ADEMAR TRAIANO - Presidente e Relator

ITEM 06

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 185/2003, de autoria do deputado Doutor Luciano, que declara de Utilidade Pública Estadual a Fundação Educacional e Assistencial Só o Senhor é Deus, com sede e foro no município de Maringá. **Aprovado. (Publ. no DA nº 016/2003, de 08.04.2003).**

ITEM 07

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 188/2003, de autoria da deputada Luciana Rafagnin, que dispõe sobre atendimento prioritário aos portadores de deficiência nas condições que especifica. **Aprovado. (Publ. no DA nº 016/2003, de 08.04.2003).**

ITEM 08

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 189/2003, de autoria da deputada Luciana Rafagnin, que dispõe sobre atendimento prioritário a idosos nas condições que especifica. **(Publ. no DA nº 016/2003, de 08.04.2003).**

Em votação.

O SR. NEIVO BERARDIN

Verificação de Votação, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Será feita a verificação. Solicito ao senhor 1º secretário, deputado Mário Bradock, que faça a contagem.

21 senhores deputados aprovam, nenhum rejeita. Não há número para deliberação, só para continuação da Sessão.

Sobre a mesa, Requerimento nº 2016, de autoria do senhor deputado Valdir Rossoni, com apoio dos senhores deputados Elio Rusch, Durval Amaral, Barbosa Neto e Ademar Traiano, constante do expediente de Sessão anterior. **Retirada pelo autor.**

Requerimento nº 2040, de autoria do senhor deputado Barbosa Neto, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2042, de autoria da senhora deputada Cida Borghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2044, de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2045, de autoria do senhor deputado André Vargas, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2060, de autoria da senhora deputada Elza Correia, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2061, de autoria do senhor deputado Francisco Bühner, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2069, de autoria do senhor deputado Pedro Ivo Ilkiv, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nestas condições declaro encerrada a presente Sessão, convidando os senhores parlamentares para a Sessão Solene de logo mais às 17h00 para entrega de título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Sr. Francisco Simeão Rodrigues, por proposição do deputado Neivo Beraldin.

Marco ainda, uma Sessão Ordinária, para a segunda-feira, dia 22, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 189, 212, 241 e 419/2003.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 008/2003.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 294, 306, 325, 332 e 530/2003.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 003, 070, 203, 396, 415, 418, 424, 433, 439, 442, 445, 480, 485, 497 e 501/2003 e do Projeto de Resolução nº 014/2003.

DISCUSSÃO ÚNICA - das Indicações nºs 050, 060, 061, 067, 071, 072 e 088/2003.

Levanta-se a Sessão.

Ata de Comissão:

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DO BANESTADO ATA DA 29ª REUNIÃO

Aos três dias do mês de setembro do ano de dois mil e três, no auditório Luiz Gabriel Guimarães Sampaio (Plenarinho), sob a Presidência do senhor deputado Neivo Beraldin, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito do Banco do Estado do Paraná - BANESTADO, que contou com a presença dos seguintes senhores deputados membros: Delegado Bradock, Ailton Araújo, Luciana Rafagnin, Ademir Bier, Doutor Luciano, e Nelson Justus. Havendo número legal, o senhor presidente abriu os trabalhos, submetendo à aprovação a Ata da reunião anterior. APROVADA. A seguir foram ouvidos os depoimentos dos senhores Venilton Tadini e Hélio Ribeiro Duarte, representantes do Banco Fator e HSBC, respectivamente. As perguntas dos senhores deputados membros e respostas dos depoentes constam das notas taquigráficas que passam a integrar esta Ata. A seguir a Comissão deliberou sobre a quebra de sigilo bancário das auditorias externas e internas do Banestado de 1990 a 1995 e 2001. Em votação. APROVADO. O deputado Delegado Bradock, requereu quebra de sigilo bancário das operações que estão sendo cobradas pelas empresas Rio Paraná, através da cessão de crédito dos títulos adquiridos na privatização do Banestado pelo Banco Itaú. Em votação. APROVADO. O senhor presidente elogiou a advogada Viviane Couto de Cristo pelos bons serviços que tem prestado a esta Comissão, bem como ao advogado Marcelo e os demais assessores da área jurídica.

Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada, será assinada pelo presidente, demais deputados membros e pelo secretário da Comissão.

(aa) NEIVO BERALDIN - Presidente
Alan Marcos Andrade - Secretário

Pauta da CCJ:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PAUTA 23/09/2003 ÚLTIMO PRAZO

Projeto de Lei nº 106/2003, de autoria dos deputados Doutor Luciano e André Vargas, que regulamenta os recursos mínimos para o financiamento da Saúde Pública e define as despesas em ações e serviços públicos da saúde. **Relator: deputado Delegado Bradock, designado em 02.09.2003.**

Projeto de Lei nº 333/2003, de autoria da deputada Elza Correia, que dispõe sobre as penalidades a serem aplicadas à prática de discriminação em razão de orientação sexual.

Projeto de Lei nº 355/2003, de autoria do deputado Marcos Isfer, que estabelece penalidades aos estabelecimentos que discriminem pessoas em virtude de sua orientação sexual. *** **ambos anexos. Relator: deputado José Maria Ferreira, designado em 28.08.2003.**

Projeto de Lei nº 350/2003, de autoria dos deputados Barbosa Neto e Elza Correia, que concede o título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Sr. Dalton Fonseca Paranaguá. **Relator: deputado José Maria Ferreira, designado em 02.07.2003. Vistas ao deputado Antonio Anibelli em 05.09.2003.**

Projeto de Lei nº 376/2003, de autoria do deputado Waldir Leite, que disponibiliza vagas gratuitas nos Centros de Formação de Condutores. **Relator: deputado Marcos Isfer, designado em 28.08.2003. Vistas do deputado Elton Carlos Welter em 10.09.2003.**

2ª REUNIÃO ORDINÁRIA RELAÇÃO DOS PROJETOS E RESPECTIVOS RELATORES

Projeto de Lei nº 14/2003, de autoria do deputado Neivo Beraldin, que altera linha de limites do município de Campo Largo com o município de Itaperuçu, **Relator: deputado Tadeu Veneri, designado em 10.09.2003.**

Projeto de Lei nº 126/2003, de autoria do deputado José Maria Ferreira, que altera a Lei nº 11.721/97 (autoriza o Poder Executivo a Instituir o Programa Estadual de

Transporte Escolar). **Relator: deputado Tadeu Veneri, designado em 10.09.2003.**

Projeto de Lei nº 129/2003, de autoria do deputado Augustinho Zucchi, que dispõe sobre a criação do Programa de Habitação Rural. **Relator: deputado Elton Carlos Welter, designado em 10.09.2003.**

Projeto de Lei nº 139/2003, de autoria do deputado Rafael Greca, que dispõe sobre a Instituição do Sistema Seriado nas Escolas Públicas do Paraná. **Relator: deputado Durval Amaral, designado em 10.09.2003.**

Projeto de Lei nº 147/2003, de autoria do deputado Nereu Moura, que considera relevante no impacto sócio-ambiental, o remanejamento e reassento de contingente populacional em áreas onde são implantados empreendimentos de barragens no Estado do Paraná. **Relator: deputado Durval Amaral, designado em 10.09.2003.**

Projeto de Lei nº 151/2003, de autoria do deputado Mauro Moraes, que dispõe sobre a gratuidade na expedição de carteiras de identidade para pessoas carentes e desempregadas. **Relator: deputado Delegado Bradock, designado em 10.09.2003.**

Projeto de Lei nº 152/2003, de autoria do deputado Renato Gaúcho, que inclui a disciplina de Cidadania no currículo das escolas estaduais do Paraná. **Relator: deputado Tadeu Veneri, designado em 10.09.2003.**

Projeto de Lei nº 254/2003, de autoria do deputado Pastor Edson Praczyk, que dispõe sobre a obrigatoriedade das empresas produtoras, distribuidoras e que comercializam disquetes ou similares a recolhê-los quando inutilizados, dando-lhes destinação sem causar poluição ambiental. **Relator: deputado José Maria Ferreira, designado em 10.09.2003.**

Projeto de Lei nº 295/2003, de autoria do deputado Ratinho Júnior, que institui o sistema de bônus pecuniários e de pontuação por merecimento aos integrantes da Polícia Civil e Polícia Militar em casos de apreensão de armas. *** **emendas de Plenário. Relator: deputado Elton Carlos Welter, designado em 10.09.2003.**

Projeto de Lei nº 348/2003, de autoria dos deputados Elton Carlos Welter e Luciana Rafagnin, que proíbe a utilização de alimentos geneticamente modificados na composição da merenda escolar fornecida aos alunos dos estabelecimentos de ensino público da rede estadual do Paraná. **Relator: deputado Tadeu Veneri, designado em 10.09.2003.**

Projeto de Lei nº 351/2003, de autoria do deputado Artagão Júnior, que dispõe sobre questões relacionadas com liberdade de crença religiosa, fixando obrigações

alternativas e tratando da realização de concursos públicos seletivos, aplicação de provas e atribuições de frequência a alunos no Estado do Paraná.

Projeto de Lei nº 476/2003, de autoria do deputado Rafael Greca. As provas dos concursos públicos para ingresso na administração pública estadual direta, indireta e fundacional, realizar-se-ão aos domingos. *** **ambos anexos. Relator: deputado Marcos Isfer, designado em 10.09.2003.**

Projeto de Lei nº 375/2003, de autoria do deputado Waldir Leite, que cria a caderneta escolar no âmbito da rede pública estadual. **Relator: deputado Elton Carlos Welter, designado em 10.09.2003.**

Projeto de Lei nº 377/2003, de autoria do deputado Waldir Leite, que institui o Programa de Incentivo ao Custeio de Ensino Superior no Estado do Paraná. **Relator: deputado Elton Carlos Welter, designado em 10.09.2003.**

Projeto de Lei nº 380/2003, de autoria do deputado Waldir Leite, torna-se obrigatória a anexação das cópias das notas fiscais nos processos da Carteira Nacional de Habilitação junto ao Detran-PR. **Relator: deputado José Maria Ferreira, designado em 10.09.2003. Vistas ao deputado Elton Carlos Welter em 16.09.2003.**

Projeto de Lei nº 381/2003, de autoria do deputado Pastor Edson Praczyk, que proíbe a cobrança de ICMS nas contas de serviços públicos estaduais a igrejas e templos de qualquer culto. **Relator: deputado José Maria Ferreira, designado em 10.09.2003. Vistas ao deputado Chico Noroeste em 16.09.2003.**

Projeto de Lei nº 382/2003, de autoria do deputado Vanerlei Iensen, que obriga as distribuidoras de combustíveis a colocar lacres eletrônicos nos tanques dos postos de combustíveis. **Relator: deputado Marcos Isfer, designado em 10.09.2003.**

Projeto de Lei nº 384/2003, de autoria do deputado Nereu Moura, que altera o anexo único da Lei nº 13.976/2002 - Fundo Estadual do Corpo de Bombeiros Militar. **Relator: deputado Marcos Isfer, designado em 10.09.2003.**

Projeto de Lei nº 385/2003, autor deputado Nereu Moura, altera a Redação da Lei nº 11.019/94- alterou a Lei nº 7811/83, Tabelas de Serviços do Detran. **Relator: deputado Durval Amaral, designado em 10.09.2003.**

Projeto de Lei nº 395/2003, autor: deputado Plauto Miró Guimarães, estabelece a responsabilidade da administração pública estadual pelos danos decorrentes das

invasões de terras. **Relator: deputado Elton Welter, designado em 10.09.2003.**

Projeto de Lei nº 400/2003, autor deputado Barbosa Neto, cria o banco de Patrocínio. **Relator: deputado José Maria Ferreira, designado em 10.09.2003.**

Projeto de Lei nº 403/2003, autor: deputados Barbosa Neto e Ratinho Júnior, dispõe sobre a criação do Fundo Estadual do Turismo. **Relator: deputado José Maria Ferreira, designado em 10.09.2003.**

Projeto de Lei nº 404/2003, autor deputado Durval Amaral, estabelece prazo para a propositura de ação regressiva, pela Procuradoria Geral do Estado, contra o agente público que deu causa à condenação do Estado, segundo decisão judicial definitiva. **Relator: deputado Delegado Bradock, designado em 10.09.2003. Vistas ao deputado Duílio Genari em 16.09.2003.**

Projeto de Lei nº 405/2003, autor deputado Arlete Caramês, dispõe sobre a obrigatoriedade dos hotéis e estabelecimentos congêneres criarem e manterem ficha de identificação de crianças que se hospedem nos estabelecimentos. **Relator: deputado Doutor Luciano, designado em 10.09.2003. Vistas ao deputado Elton Carlos Welter em 16.09.2003.**

Projeto de Lei nº 409/2003, autor deputado Alexandre Curi, cria a Região Administrativa Central do Estado do Paraná, integrada pelos seguintes municípios: Laranjal, Palmital, Santa Maria, Boa Ventura, Mato Rico, Nova Tebas e Pitanga. **Relator: deputado José Maria Ferreira, designado em 10.09.2003.**

Projeto de Lei nº 423/2003, autor: deputado Vanderlei Iensen, proíbe o condicionamento da aceitação de cheques a tempo mínimo de abertura de conta corrente. **Relator: deputado Durval Amaral, designado em 10.09.2003.**

Projeto de Lei nº 425/2003, autor deputado Rafael Greca, institui a adoção de medidas urgentes nos casos de prisão em flagrante segundo os critérios que determina. **Relator: deputado Marcos Isfer, designado em 10.09.2003.**

Projeto de Lei nº 426/2003, autor: deputado Rafael Greca, cria o seguro reemprego aos ex-detentos. **Relator: deputado Marcos Isfer, designado em 10.09.2003.**

Projeto de Lei nº 427/2003, autor deputado Rafael Greca, obriga os escritórios modelo de assistência judiciária dos cursos de direito das Universidades Públicas Estaduais, a manterem plantão criminal. **Relator: deputado Marcos Isfer, designado em 10.09.2003.**

Projeto de Lei nº 429/2003, autor: Poder Executivo, dispõe que os créditos tributários relativos ao ICMS, inscritos ou não em dívida ativa, ajuizados ou não, lançados até 30 de junho de 2003, poderão ser pagos em uma ou mais parcelas. *** **Emendas de Plenário. Relator: deputado José Maria Ferreira, designado em 10.09.2003.**

Projeto de Lei nº 435/2003, autor deputada Arlete Caramês, dispõe sobre o fornecimento de alimentação especial nas escolas da rede pública estadual de educação. **Relator: deputado Elton Carlos Welter, designado em 10.09.2003.**

Projeto de Lei nº 453/2003, autor: deputado Antonio Anibelli, objetiva autorizar o Poder Executivo a efetuar doação de imóveis para a prefeitura municipal de São Jorge do Ivaí. **Relator: deputado Durval Amaral, designado em 10.09.2003.**

Projeto de Lei nº 456/2003, autor deputado Nereu Moura, concede a isenção das taxas de estadia nos pátios do Detran aos veículos que se beneficiaram da Lei nº 13.957/02. **Relator: deputado José Maria Ferreira, designado em 10.09.2003.**

Projeto de Lei nº 477/2003, autor: deputado Artagão Júnior, dispõe sobre preços em desacordo com o anunciado ou exposto e os praticados por estabelecimentos comerciais no Estado do Paraná. **Relator: deputado Durval Amaral, designado em 10.09.2003.**

Projeto de Lei nº 496/2003, autor deputado Jocelito Canto, denomina Waldemar Teodoro a penitenciária estadual de Ponta Grossa. **Relator: deputado Durval Amaral, designado em 10.09.2003.**

Projeto de Lei nº 498/2003, autor: deputado Hermas Brandão, cria parque público de lazer no município de Almirante Tamandaré. **Relator: deputado Antonio Anibelli, designado em 10.09.2003. Vistas ao deputado Chico Noroeste, em 16.09.2003.**

Projeto de Lei nº 507/2003, autor deputado Hermas Brandão, denomina João Leandro Barbosa, o trecho entre o município de Rio Branco do Ivaí ao entroncamento da Rodovia PR 082. **Relator: deputado José Maria Ferreira, designado em 10.09.2003.**

1ª REUNIÃO ORDINÁRIA RELAÇÃO DOS PROJETOS E RESPECTIVOS RELATORES

Projeto de Lei nº 07/2003, autor: deputado Geraldo Cartário, dispõe sobre a encampação das concessões rodoviárias no Paraná. **Relator: deputado José Maria Ferreira, designado em 17.09.2003.**

Projeto de Lei nº 13/2003, autor: deputado Geraldo Cartário, revoga a Lei Complementar nº 76/95. **Relator: deputado José Maria Ferreira, designado em 17.09.2003.**

Projeto de Lei nº 78/2003, autor: deputado André Vargas, institui, no calendário de comemorações oficiais do Estado do Paraná, a Semana da Paz. **Relator: deputado Elton Carlos Welter, designado em 17.09.2003.**

Projeto de Lei nº 86/2003, autor: deputado Doutor Luciano, define diretrizes para a implementação do Programa de Humanização da atenção materno-infantil no âmbito do Sistema Único de Saúde do Paraná. **Relator: deputado Elton Carlos Welter, designado em 17.09.2003.**

Projeto de Lei nº 095/2003, autor: deputado Nereu Moura, autoriza o Poder Executivo a criar a 4ª Companhia da Polícia Militar no município de Palmas, tendo como área de abrangência, além do seu território, os municípios de Clevelândia, Coronel Domingos Soares, Honório Serpa e Manguaçu. **Relator: deputado Delegado Bradock, designado em 17.09.2003.**

Projeto de Lei nº 157/2003, autor: deputado Nereu Moura, dispõe sobre a organização de entidades representativas dos estudantes de 1º e 2º graus. **Relator: deputado Tadeu Veneri, designado em 17.09.2003.**

Projeto de Lei nº 158/2003, autor deputado Nereu Moura, que dispõe sobre a obrigatoriedade do Governo do Estado do Paraná, em prestar informações detalhadas à todas as pessoas residentes no território paranaense, em relação à arrecadação de ICMS, FPM e IPVA, através das faturas de energia elétrica e água. **Relator: deputado José Maria Ferreira, designado em 17.09.2003.**

Projeto de Lei nº 159/2003, autor deputado Nereu Moura, que dispõe sobre a investigação e a persecução penal em caso de crime de estupro e sobre a responsabilidade do Estado quando resulte gravidez. **Relator: deputado Delegado Bradock, designado em 17.09.2003.**

Projeto de Lei nº 161/2003, autor deputado Nereu Moura, que dispõe sobre os concursos vestibulares das Universidades Estaduais e Faculdades mantidas com recursos públicos no Estado do Paraná. **Relator: deputado Tadeu Veneri, designado em 17.09.2003.**

Projeto de Lei nº 182/2002, autor deputado Nereu Moura, que autoriza o Poder Executivo a criar a Circunscrição Regional de Trânsito no município de Itaipava. **Relator: deputado delegado Bradock, designado em 17.09.2003.**

Projeto de Lei nº 246/2003, autor deputado Hermas Brandão, que revoga a Lei nº 7257/79, alterada pelas Leis nºs 7812/83 e 9174/89 (taxa de segurança). **Relator: deputado José Maria Ferreira, designado em 17.09.2003.**

Projeto de Lei nº 313/2003, autor deputado Delegado Bradock, que cria a possibilidade de locação de espaço para a propaganda. **Relator: deputado Durval Amaral, designado em 17.09.2003.**

Projeto de Lei nº 331/2003, autor deputado Rafael Greca, que institui o combate à dendroclastia mediante a obrigatoriedade da instalação de cruzetas nos fios elétricos do perímetro urbano. **Relator: deputado Durval Amaral, designado em 17.09.2003.**

Projeto de Lei nº 360/2003, autor deputado Jocelito Canto, que dispõe sobre a prescrição de medicamentos genéricos nos estabelecimentos do Sistema de Saúde Estadual e credenciados. **Relator: deputado Doutor Luciano, designado em 17.09.2003.**

Projeto de Lei nº 370/2003, autor deputado Jocelito Canto, que proíbe a discriminação aos portadores de epilepsia e seus familiares. **Relator: deputado Elton Carlos Welter, designado em 17.09.2003.**

Projeto de Lei nº 428/2003, autor deputado Rafael Greca, que dá continuidade ao Programa Violência Zero, impondo o perdimento de bens apreendidos em favor do patrimônio público estadual. **Relator: deputado Elton Carlos Welter, designado em 17.09.2003.**

Projeto de Lei nº 437/2003, autor deputado Mauro Moraes, que obriga as empresas de transportes públicos estaduais, nos dias de vacinação, conceder gratuidade de passagem ao menor e à pessoa que o esteja conduzindo ao local de vacinação. **Relator: deputado Durval Amaral, designado em 17.09.2003.**

Projeto de Lei nº 448/2003, autor deputado Mauro Moraes, que torna obrigatório, nos dias de eleições, para empresas concessionárias de transportes públicos estaduais conceder desconto de 50% nas tarifas. **Relator: deputado Durval Amaral, designado em 17.09.2003.**

Projeto de Lei nº 450/2003, autor deputado José Maria Ferreira, que autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa Minha Primeira Bíblia, nas escolas públicas estaduais. **Relator: deputado Elton Carlos Welter, designado em 17.09.2003.**

Projeto de Lei nº 475/2003, autor deputado Ratinho Júnior, que dispõe sobre o ICMS na aquisição de automóveis destinados ao transporte escolar. **Relator:**

deputado José Maria Ferreira, designado em 17.09.2003.

Projeto de Lei nº 478/2003, autor deputado Artagão Júnior, que estabelece prazo para cumprimento de pedidos efetuados junto ao IAP. **Relator: deputado Doutor Luciano, designado em 17.09.2003.**

Projeto de Lei nº 487/2003, autor deputado Alexandre Curi, que torna obrigatório o fornecimento de cadeiras de rodas para deficientes físicos e idosos em estabelecimentos centrais de compras e shoppings centers. **Relator: deputado Delegado Bradock, designado em 17.09.2003.**

Projeto de Lei nº 488/2003, autor deputado Mauro Moraes, que cria a Semana Estadual da Juventude. **Relator: deputado Doutor Luciano, designado em 17.09.2003.**

Projeto de Lei nº 489/2003, autor deputado Marcos Isfer, que concede isenção aos oficiais de justiça no pagamento de taxas, tarifas e preços públicos de estacionamentos localizados nos bens públicos de uso comum do povo, pedágios, transporte coletivo, balsas e similares. **Relator: deputado José Maria Ferreira, designado em 17.09.2003.**

Projeto de Lei nº 493/2003, autor deputado Geraldo Cartário, que reserva aos municípios do litoral paranaense a realização de sorteios da modalidade denominada bingo. **Relator: deputado José Maria Ferreira, designado em 17.09.2003.**

Projeto de Lei nº 500/2003, autor deputado Durval Amaral, que altera a redação do artigo 3º da Lei nº 7962/84, para permitir que os Conselhos Escolares e as APM's regulamentem o uso do uniforme escolar na Rede Pública Estadual de Ensino. **Relator: deputado Tadeu Veneri, designado em 17.09.2003.**

Projeto de Lei nº 503/2003, autor deputado Ratinho Júnior, que dá providências com referência à cobrança de consumo de energia elétrica na zona rural. **Relator: deputado José Maria Ferreira, designado em 17.09.2003.**

Projeto de Lei nº 513/2003, autor deputado Nelson Tureck, que altera o artigo 1º da Lei nº 13.899/2002, que declarou de Utilidade Pública a APM da Escola Municipal Manoel Medina Martins, com sede e foro no município de Rancho Alegre d'Oeste. **Relator: deputado Doutor Luciano, designado em 17.09.2003.**

Projeto de Lei nº 531/2003, autor Poder Executivo, que cria cargos de agente penitenciário na parte permanente do Quadro Próprio do Poder Executivo - Anexo I da Lei nº 13.666/2002. **Relator: deputado Antonio Anibelli, designado em 17.09.2003.**

Projeto de Lei nº 532/2003, autor Poder Executivo, que cria cargos do provimento em Comissão na Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania. **Relator: deputado Antonio Anibelli, designado em 17.09.2003.**

1ª REUNIÃO ORDINÁRIA RELAÇÃO DOS PROJETOS DE UTILIDADE PÚBLICA

Projeto de Lei nº 108/2003, autor deputado Augustinho Zucchi, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Produtores de Hortifrutigranjeiros de Rosário do Ivaí, com sede no município de Rosário do Ivaí e foro na comarca de Grandes Rios. **Relator: deputado Duílio Genari, designado em 17.09.2003.**

Projeto de Lei nº 508/2003, autor deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Moradores do Bairro São Pedro, com sede e foro no município de Formosa d'Oeste. **Relator: deputado Duílio Genari, designado em 17.09.2003.**

Projeto de Lei nº 509/2003, autor deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Moradores da Comunidade de Santa Terezinha, com sede e foro no município de Formosa d'Oeste. **Relator: deputado Duílio Genari, designado em 17.09.2003.**

Projeto de Lei nº 518/2003, autor deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública a APM da Escola Municipal Professora Leonilda Obadowski Prado, com sede e foro no município de Moreira Sales. **Relator: deputado Duílio Genari, designado em 17.09.2003.**

Projeto de Lei nº 523/2003, autor deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública a Associação Cantuzinho, com sede no município de Nova Cantú e foro no município de Campina da Lagoa. **Relator: deputado Duílio Genari, designado em 17.09.2003.**

Projeto de Lei nº 525/2003, autora deputada Cida Borghetti, que declara de Utilidade Pública a Associação Maternal de Sarandi, com sede e foro no município de Sarandi. **Relator: deputado Duílio Genari, designado em 17.09.2003.**